


Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. STF ajusta tese sobre contribuição assistencial e reforça limites para cobrança a empregados não sindicalizados

 O STF ajustou a tese da contribuição assistencial ao julgar embargos de declaração no ARE 1.018.459, esclarecendo os limites para a cobrança da contribuição de empregados não sindicalizados. A Corte fixou parâmetros específicos quanto à retroatividade, ao direito de oposição e à razoabilidade dos valores.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão impõe atenção redobrada durante a análise e negociação de cláusulas de contribuição assistencial. O entendimento reforça a necessidade de transparência, proporcionalidade e mecanismos claros de oposição, fixando: (i) a vedação à cobrança retroativa da contribuição assistencial em relação ao período em que o Supremo Tribunal Federal mantinha o entendimento pela sua inconstitucionalidade; (ii) a impossibilidade de interferência de terceiros no livre exercício do direito de oposição; e (iii) que o valor da contribuição assistencial observe critérios de razoabilidade e seja compatível com a capacidade econômica da categoria.

 [ARE 1.018.459 Votodorelator.pdf](#)


2. Sindicato de trabalhadores pode ajuizar dissídio coletivo se empregador recusar negociação de forma arbitrária

 O TST reconheceu a legitimidade do sindicato para instaurar dissídio coletivo quando demonstrada a recusa injustificada do empregador em negociar, entendendo que a ausência de diálogo caracteriza frustração da negociação coletiva e autoriza a atuação jurisdicional.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma o papel dos sindicatos na tutela coletiva e evidencia a importância da formalização das tentativas de negociação, garantindo registro documental do esforço conciliatório e evitando a judicialização do conflito por meio de dissídio coletivo.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/sem-assistencia-sindical-na-rescisao-pedido-de-demissao-de-gestante-e-invalido>


3. Pedido de demissão de gestante é inválido sem assistência sindical

 O TST invalidou pedido de demissão de empregada gestante realizado sem assistência do sindicato ou homologação formal, requisito previsto em lei para rescisões durante a estabilidade.


♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão evidencia a necessidade de rigor no cumprimento dos procedimentos legais de desligamento durante a estabilidade gestacional. O julgado funciona como importante alerta aos empregadores, reforçando que pedidos de demissão de gestantes só são válidos se formalmente assistidos pelo sindicato ou autoridade competente, sob pena de nulidade da rescisão e geração de passivo significativo.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/sem-assistencia-sindical-na-rescisao-pedido-de-demissao-de-gestante-e-invalido>


4. Dirigente sindical não é testemunha suspeita apenas pelo cargo

 O TST afastou a suspeição automática de testemunha dirigente sindical, afirmando que o cargo, por si só, não compromete a isenção da prova testemunhal, confirmando que a suspeição não pode ser presumida apenas com base na função exercida pela testemunha.

♦ **RELEVÂNCIA:** O julgado serve como alerta ao demonstrar ser essencial que a avaliação de suspeição seja feita com base em elementos concretos, evitando impugnações genéricas que possam prejudicar a estratégia processual.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/dirigente-sindical-nao-pode-ser-considerado-testemunha-suspeita- apenas-pelo-cargo>

5. Intermediadora de trabalho temporário deve calcular cota de PCD sobre todos os empregados

 O TST decidiu que empresas intermediadoras de trabalho temporário devem calcular a cota de pessoas com deficiência (PCD) considerando a totalidade dos trabalhadores, e não apenas os empregados permanentes. Para o Tribunal, a legislação não diferencia tipos de vínculo para fins de inclusão.

✦ **RELEVÂNCIA:** Reforça o entendimento da justiça do trabalho de que a cota legal de PCD incide sobre o quadro global de empregados, inclusive temporários, ampliando a fiscalização e exigências de conformidade das empresas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/intermediadora-de-trabalho-temporario-deve-calculer-cota-de-pessoas-com-deficiencia-sobre-todos-os-empregados>

6. Uso eficaz de protetores auriculares afasta adicional de insalubridade

📄 O TST reconheceu que, comprovada a eficácia dos EPIs fornecidos em conformidade com as normas regulamentadoras, não há exposição insalubre a ruído, o que afasta o adicional (de insalubridade).

✦ **RELEVÂNCIA:** Fortalece a importância da entrega, uso e fiscalização adequada dos EPIs.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/uso-eficaz-de-protetores-auriculares-afasta-pagamento-de-adicional-de-insalubridade>

7. Dano hipotético não gera indenização por danos morais

📄 A 6ª Câmara do TRT-15 decidiu que mero risco ou suposição de dano não dá direito a indenização por danos morais.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que danos morais exigem demonstração concreta de prejuízo decorrente de dano efetivo e não hipotético.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/dano-hipotetico-nao-gera-indenizacao-por-danos-morais-decide-6a-camara>


8. Empregado demitido por depor em ação de colega é indenizado

📄 O TRT-15 condenou empresa ao pagamento de indenização após reconhecer represália contra empregado que atuou como testemunha em processo trabalhista de colega.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão funciona como alerta direto aos empregadores, demonstrando que qualquer ato de retaliação — explícita ou indireta — contra empregado que testemunha em processo judicial configura falta grave e gera responsabilidade indenizatória. O julgado reforça a proteção jurídica ao testemunho e evidencia a necessidade de políticas internas que previnam represálias, reduzindo riscos de condenações e danos à imagem institucional.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/empregado-demitido-por-depor-em-acao-trabalhista-de-colega-e-indenizado-em-r-15-mil>


9. TJSP mantém auto de infração por supressão de árvores em APP, mas reduz multa por falta de agravantes

 A Turma Recursal manteve a validade do auto de infração ambiental por supressão irregular de oito árvores em APP, reconhecendo a incompetência do Município para autorizar o corte e a legalidade da atuação estadual. Contudo, afastou agravantes aplicadas pela Administração por ausência de suporte fático e reduziu a multa.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma que Municípios não podem autorizar supressão de vegetação em APP e que boas práticas de regularização e comprovação prévia são fundamentais para evitar autuações ambientais.

 <1090953-91.2024.8.26.0053>


10. CARF reconhece APP e reduz área tributável de imóvel rural, mantendo demais exigências de ITR

 O CARF deu provimento parcial ao recurso da empresa rural, afastando parte da cobrança de ITR ao reconhecer 1.204,9 ha como Área de Preservação Permanente comprovada por laudo técnico. Porém, manteve a incidência do imposto sobre reserva legal e RPPN não formalizadas à época do fato gerador, ainda, rejeitou alegação de decadência. O ADA extemporâneo não retroage e atos de RPPN têm natureza constitutiva.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão consolida que APP pode ser reconhecida sem ADA, desde que comprovada por laudo técnico idôneo e, ainda, que a Reserva Legal e Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN só contam para exclusão do ITR se formalizadas e averbadas antes do fato gerador.

 <00010725721329201238>

11. TJSP valida programa municipal de sustentabilidade, mas declara inconstitucional criação de comitê gestor

 O Órgão Especial do TJSP julgou parcialmente procedente a ADI proposta pelo Prefeito de Socorro, reconhecendo a constitucionalidade geral da Lei Municipal que instituiu o

Programa Bairro Sustentável, mas declarou inconstitucional o art. 3º, que obrigava o Executivo a criar e estruturar um Comitê Gestor. O Tribunal entendeu que as diretrizes ambientais e urbanísticas são matérias legislativas válidas, mas a organização administrativa é competência exclusiva do Executivo.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que Municípios podem legislar sobre sustentabilidade, meio ambiente e ações comunitárias, desde que não interfiram na estrutura administrativa do Executivo.

🔗 [2247573-45.2025.8.26.0000](#)

12. TJSP mantém condenação por venda ilegal e maus-tratos de fauna silvestre

📄 O TJSP negou provimento à apelação e manteve a condenação de réu flagrado vendendo jabutis e iguanas em condições precárias, reconhecendo provas sólidas de comércio ilegal e maus-tratos. A Turma Recursal confirmou a dosimetria da pena e a substituição por restritivas de direitos, destacando a gravidade dos fatos e a confiabilidade dos depoimentos dos agentes públicos.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a forte repressão estatal ao tráfico e aos maus-tratos de fauna silvestre. O acórdão evidencia a importância da regularização de criadouros, transporte e comercialização, bem como o risco de responsabilização penal em eventuais fiscalizações ambientais.

🔗 [1500075-47.2023.8.26.0005](#)


13. TJSP mantém ordem de desocupação e demolição em área do Parque Estadual de Itaberaba

📄 O TJSP negou provimento ao agravo e manteve a tutela antecipada que determinou a desocupação e o desfazimento de construções realizadas após a criação do Parque Estadual de Itaberaba. A Corte entendeu que não houve comprovação de posse anterior ao decreto de 2010 e que laudos técnicos demonstram danos e parcelamento irregular do solo, ainda, reforçada a urgência diante do risco ambiental.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a rigidez do Judiciário paulista na proteção de unidades de conservação, inclusive contra terceiros adquirentes de boa-fé e alerta para a necessidade de checagem prévia de restrições ambientais, limites ao parcelamento e à ocupação em áreas protegidas.

 [2140552-10.2025.8.26.0000](#)


14. TJSP limita multa em execução de TAC ambiental, mantendo exigência de recuperação da área

 O TJSP manteve a execução do TAC ambiental firmado pelos proprietários rurais, reconhecendo que houve descumprimento parcial comprovado por perícia, ainda que o CAR tenha sido aprovado. A Corte afastou nova discussão sobre retroatividade do Código Florestal, já decidida anteriormente, mas reduziu o teto das astreintes, por considerar exorbitante. O recurso foi provido apenas para limitar a multa.


✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que aprovação do CAR não exonera automaticamente obrigações do TAC, pois a recuperação ambiental é a etapa final exigida.

 [0001257-65.2014.8.26.0456](#)


15. STF determina que Governo paulista esclareça ações diante de crise ambiental no Estado

 O STF solicitou na ADPF 1201 que o Governo de São Paulo preste informações sobre medidas adotadas para enfrentar uma crise ambiental noticiada no Estado, a determinação ocorre em ação que questiona possíveis omissões do Poder Público na prevenção e mitigação dos danos. O Tribunal fixou prazo para apresentação de esclarecimentos antes de avaliar pedidos de tutela.


✦ **RELEVÂNCIA:** Possível impacto aos produtores rurais, caso as medidas ou decisões decorrentes envolvam restrições ambientais, uso da água, queimadas ou fiscalização em áreas produtivas, de modo a evitar que eventuais respostas governamentais gerem obrigações desproporcionais ou efeitos econômicos sobre atividades rurais paulistas.

 <https://www.conjur.com.br/2025-nov-18/stf-manda-governo-paulista-prestar-esclarecimentos-sobre-crise-ambiental/>


16. STF confirma validade das regras da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)

 O STF decidiu nas ADIs 7.596 e 7.617 pela constitucionalidade das normas do RenovaBio, entendendo que a política de descarbonização e emissão de Créditos de Descarbonização (CBIOS) não viola princípios federativos nem a livre iniciativa. A Corte reconheceu a competência da União para estabelecer metas de redução de emissões no setor de combustíveis, sendo que a decisão mantém o modelo regulatório vigente e afasta pedidos para suspender partes do programa.

✦ **RELEVÂNCIA:** Reforço da agenda de descarbonização, com possibilidade de ampliação de renda rural e participação indireta na geração de CBIOS, estimulando a expansão de mercados e investimentos em biocombustíveis, logística, armazenagem e integração lavoura-bioenergia.

 <https://www.conjur.com.br/2025-nov-19/supremo-valida-regras-da-politica-nacional-de-biocombustiveis/>


17. TJSP afastou o IPTU e reconheceu a incidência de ITR sobre imóvel com atividade rural

 Municípios paulistas buscaram cobrar IPTU de imóveis localizados em área urbana, porém devidamente cadastrados no INCRA e destinados ao desenvolvimento de atividade rural. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo o entendimento firmado no **Tema 174 do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, reconheceu a incidência do **ITR**, afastando a cobrança de **IPTU**.

✦ **RELEVÂNCIA:** O caso reforça que a destinação rural do imóvel prevalece sobre a localização urbana para definir a incidência de ITR em vez de IPTU, preservando a repartição de competências tributárias.

 [2045929-51.2025.8.26.0000.pdf](#) e [1002000-41.2024.8.26.0219.pdf](#)

18. TJSP decide sobre base de cálculo do ITCMD

 O TJSP julgou mandado de segurança envolvendo a base de cálculo do ITCMD incidente sobre imóvel rural em inventário. O contribuinte pretendia recolher o imposto utilizando o valor declarado no ITR. O Tribunal confirmou que decretos estaduais não podem majorar a base de cálculo do ITCMD, pois isso viola o princípio da legalidade tributária. Apesar disso, reconheceu que a Fazenda pode instaurar procedimento administrativo de arbitramento caso entenda que o valor declarado não corresponda ao valor real de mercado, conforme a Lei Estadual 10.705/2000.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma que somente lei pode instituir ou majorar tributos, impedindo que decretos ampliem a base de cálculo. O julgado também destaca o equilíbrio entre a segurança jurídica ao contribuinte e a possibilidade de fiscalização legítima pelo Fisco mediante arbitramento formal.

🔗 [1069128-57.2025.8.26.0053 São Paulo.pdf](#)

19. TJSP reconhece isenção de ICMS sobre energia elétrica para produtor rural

📄 O TJSP manteve sentença que garantiu isenção de ICMS nas faturas de energia elétrica usadas em imóvel rural com atividade pastoril e inscrição regular no CADESP, com restituição simples do ICMS pago desde 2022, respeitada a prescrição de 5 anos. A Turma Recursal afastou a tese de ilegitimidade ativa do consumidor de energia e ajustou correção e juros com base na SELIC até 09/09/2025, aplicando, depois disso, os mesmos critérios usados pela Fazenda para atualização de crédito tributário.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a isenção de ICMS na energia elétrica para estabelecimentos rurais que comprovem os requisitos do RICMS/2000 e confirma a legitimidade do consumidor para pedir em juízo a não incidência do imposto e a devolução do que foi pago.

🔗 [003217-92.2025.8.26.0637.pdf](#)



SINDICATOS
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

📞 @faespsenarsp | 📧 @faesp_senarsp | ☎ (11) 94710.8788